

DECISÃO EQUIVOCADA DE TEMER EM EXTINGUIR MDA E TIRAR ATRIBUIÇÕES DO INCRA PREJUDICA 70 MILHÕES DE BRASILEIROS

Toda a população rural brasileira – que pode chegar a 70 milhões de pessoas, a depender dos critérios da pesquisa -, será prejudicada direta ou indiretamente pela equivocada decisão do presidente interino da República, Michel Temer, em extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e retirar importantes atribuições do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a exemplo do Ordenamento da Estrutura Fundiária, Regularização de Territórios de Comunidades Quilombolas e Assistência Técnica e Extensão Rural.

Se for levado em consideração que 70 por cento dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro são produzidos em assentamentos do Incra e por agricultores familiares atendidos pelo MDA, a decisão de Temer prejudica toda a população do Brasil, pois sem as políticas e incentivos do Ministério e do Instituto cairá na mesma proporção a qualidade e diversidade destes gêneros alimentícios consumidos no país. Além da ação fiscalizadora do Incra que garante a produtividade dos imóveis rurais, sob pena de desapropriação pelo não cumprimento da função social das propriedades da terra.

Há ainda uma grande diversidade de povoações, vilarejos e cidades - incluindo ex-territórios, hoje Estados, como: Rondônia, Acre e Roraima -, em todas as regiões brasileiras que têm sua economia e as atividades cotidianas realizadas em torno dos assentamentos do Incra. As regiões Norte e Centro-Oeste, de povoação mais recente, foram desenvolvidas basicamente em torno de assentamentos e colonizações feitas pelo Governo Federal, por meio do Incra. Tais políticas atuam para evitar o êxodo rural/favelização dos grandes centros e na manutenção e reprodução da agricultura de matiz familiar mantenedora de nossa soberania alimentar.

São atendidos [ou eram] diretamente pelo Incra cerca de 10 milhões de brasileiros, entre acampados, assentados, quilombolas, ribeirinhos, moradores de comunidades tradicionais. E milhões de trabalhadores que para se aposentar precisam de certidão do Incra, comprovando tempo/período de trabalho rural. Se for levado em consideração o outro público atendido [ou que era] pelo Incra, que são os proprietários rurais, outros milhões de brasileiros podem ser adicionados aos beneficiários do órgão. Isso, porque há no Brasil cerca de 5,7 milhões de imóveis rurais particulares com registro no Cadastro de Terras gerenciado pelo Incra.



Já o MDA atende [ou atendia] de forma direta ou indiretamente outras dezenas de milhões de brasileiros – formados principalmente por agricultores familiares e integrantes de comunidades tradicionais. Com o fim do MDA também devem acabar diversas políticas públicas direcionadas a desenvolver o meio rural brasileiro, a exemplo de Programa Garantia-Safra, Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Crédito Fundiário, Terra Legal, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Arca das Letras.

Temer utilizou uma Medida Provisória – a MP 726, de 12 de maio de 2016 -, para fazer uma profunda reforma ministerial, terminando por extinguir órgãos, como MDA, e acena para mudanças nas atribuições de outros, a exemplo do Incra.

Com a decisão, todas as atribuições do MDA passaram para o recém criado Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, enquanto que o Incra foi retalhado, ficando basicamente com o desenvolvimento de assentamentos. O Incra perdeu o Ordenamento da Estrutura Fundiária, que foi repassado para o Ministério da Integração Nacional. Enquanto que o recriado Ministério da Educação e Cultura ficou com Regularização de Territórios de Comunidades Quilombolas. Já a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER / ATEs) foi para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Apesar destas enormes mudanças não está claro como ficam algumas ações e políticas executadas pelo Incra, a exemplo do Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR/SNCR) e Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. O Incra é [ou era] o gestor do cadastro de terras no Brasil que tem cerca de 5,7 milhões de imóveis rurais particulares. O Pronera também é grandioso, pois já levou Educação de Jovens e Adultos (EJA) a 167,6 mil alunos; outros nove mil concluíram Ensino Médio pelo Programa; viabilizou curso superior a 5,3 mil pessoas; além de pós-graduação a 3,3 mil beneficiários da reforma agrária.

Assistência técnica

Em 2015, os serviços de assistência técnica beneficiaram 363.947 famílias, providenciando ações de apoio à produção em 4,6 mil assentamentos, sendo que, deste público, 45% são mulheres agricultoras.

O investimento total foi de R\$ 294,6 milhões nesta política pública estratégica e estruturante que leva o saber técnico para aprimorar a produção das famílias assentadas e produzir alimentos de qualidade para a população brasileira.



Campanha pró-MDA

As servidoras e os servidores federais agrários do agora extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário após intenso debate iniciam campanha pública pela manutenção de Ministério próprio para Política Agrária.

Em assembleia massiva da Associação Nacional dos Servidores do MDA (ASSEMDA), realizada no dia 12/05, véspera da extinção desta pasta pelo presidente em exercício Michel Temer, os servidores e as servidoras do órgão em Brasília e das delegacias de quase todo o país aprovaram por unanimidade o início de uma campanha unitária pela manutenção do Ministério. Entre as iniciativas uma carta-manifesto para coletar assinaturas, especialmente de personalidades e entidades e organizações dos movimentos sindicais e populares e da sociedade civil organizada.

A ida das atuais estruturas, programas e serviços do MDA para o Ministério da Agricultura subordinaria a Política Agrária a somente um viés da Política Agrícola, voltada ao agronegócio, à exportação de *commodities* e à grande propriedade - relegando a importância da agricultura familiar, produtora de alimentos e de soberania alimentar, a uma mera posição subalterna, coadjuvante. Enquanto o mesmo para o Ministério do Desenvolvimento Social diluirá a Política Agrária à assistência social, negligenciando o fato que a pobreza e desigualdade de renda é, se não em parte até mesmo em todo, fortemente derivado do atual padrão agrário e da situação sócio-produtiva rural.

A segurança alimentar, a qualidade de vida rural, a sustentabilidade ambiental e social dependem do reordenamento agrário geral e em especial da reforma agrária, e do apoio à agricultura familiar, por si só vinculada ao reordenamento agrário. Tarefas que eram levadas a cabo pelo MDA - um ministério próprio com economias de escopo e de escala para governança pública da Política Agrária.

Regularização quilombola

Com a MP 726 o Governo Temer desloca a Política de Regularização de Territórios Quilombolas do Inca para o recém recriado Ministério da Educação e Cultura (MEC). Tal mudança tem vários significados práticos e simbólicos.

No Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) era a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao então Ministério da Cultura, que tinha a atribuição de titular os territórios quilombolas. A partir de tal arranjo a FCP titulou 322 mil hectares em 16 territórios quilombolas. No entanto, apenas 22 mil hectares, em quatro territórios, foram efetivamente registrados em cartório e a terra foi, de fato, entregue às comunidades. Os demais 300 mil hectares, em 12 territórios, não representaram uma



efetiva conquista da terra pelos quilombolas. Isso, porque os ocupantes não quilombolas não foram desintrusados e os respectivos títulos não foram reconhecidos em cartório. Por isso, tais comunidades abriram processo no Incra para novamente reivindicarem uma terra que não receberam pelo modelo anterior.

A passagem da política para o Incra, em novembro de 2003, por meio do Decreto 4.887, incorporou-a ao órgão fundiário do Governo Federal que tinha pessoal e expertise para tanto. Por mais que se critique o atual estado de andamento dos processos de regularização dos territórios quilombolas no Governo Dilma, é inegável que com a mudança ocorreu um avanço considerável na política, de 2003 para cá.

Atualmente existem no Brasil 2.648 comunidades quilombolas certificadas pela FCP (das quais 1.533 tem processos abertos no Incra), o que representa cerca de 400 mil famílias ou aproximadamente dois milhões e meio de pessoas. Os avanços da Política de Regularização de Territórios Quilombolas nos últimos anos permitiu que o Governo Federal e os estaduais emitissem 210 títulos, regularizando mais de um milhão de hectares em benefício de 151 territórios, 241 comunidades e 16.009 famílias quilombolas.

Nesse sentido, retornar a Política de Regularização de Territórios Quilombolas para o MEC, possivelmente para aloca-la novamente na FCP, representa um retrocesso da política à situação do século passado. A FCP atual, assim como a de antigamente, é um órgão completamente desestruturado e sem expertise alguma na área de regularização territorial. Com a decisão de Temer, explicitada na MP, é possível inferir que “não haverá mais regularização de territórios quilombolas no Brasil”.

Importância x dificuldades

Entre 1970 (quando foi criado) e 1985, o Incra foi vigorosamente instrumentalizado para realizar uma “Política de Estado”, de incentivos à ocupação da Amazônia nos programas de colonização oficial, de colonização particular e de regularização fundiárias de grandes áreas

O Incra, entre o segundo semestre de 1985 (quando em 10 de outubro daquele ano foi publicado o Decreto Nº 91.766/85 com o I PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária) e 2016, teve o seu quadro de pessoal severamente reduzido de 9 mil para 4,5 mil servidores - uma subtração de 50 por cento na sua força de trabalho. Nesse mesmo período, além das ações rotineiras de ordenamento fiscalização e



acompanhamento cadastral sua atuação territorial foi acrescida em 33 vezes – saltando de 61 para mais de 2000 municípios.

Ao mesmo tempo, o quantitativo de Projetos de Assentamento aumentou em 135 vezes – saindo de 67 para 9.340 unidades, cuja área total passou de 9,8 milhões de hectares para pouco mais de 88,8 milhões de hectares – representando um incremento de nove vezes.

Já o número de famílias assentadas passou de 117 mil para aproximadamente um milhão, ou quatro milhões de pessoas – encerrando, assim, um verdadeiro paradoxo entre um crescimento vertiginoso de serviços e uma redução drástica de meios para atendê-los de forma consequente.

Outros problema é o orçamento do Inbra, que está em 2016 na casa de R\$ 500 milhões, sendo que alguns anos antes chegou a ser de quatro bilhões de reais. Com um orçamento deste não se consegue manter sequer o órgão funcionando até agosto. Muito menos pagar a dívida acumulada de pouco mais de um bilhão de reais.

Quadro funcional

Ressalte-se, que dos atuais 4,5 mil servidores, cerca de 45% (ou duas mil pessoas) já reúnem condições para se aposentar, significando um agravante a mais a essas inaceitáveis contradições.

Nesse contexto, para além das insuficiências de profissionais - sentido genérico -, chama atenção o fato de que mais de 60% dessa força de trabalho ser constituída de servidores de nível técnico/intermediário, em grande parte com cursos de graduação e/ou mesmo pós-graduação em Administração, Economia, Direito, Comunicação, Agronomia, Contadoria, Engenharia, Análise de Sistemas, Arquitetura, Pedagogia, entre outros, com reflexos altamente positivos em relação à performance institucional, sem que isto se reverta em compensação em termos de expectativa funcional ou valorização profissional.

Soma-se a esse quadro qualificado, por sinal sub-aproveitado, o acúmulo de conhecimentos em várias áreas de ação do Inbra, administrativas, cadastrais, etc., passando pelas de implantação, estruturação e desenvolvimento de projetos, fiscalização da função social da terra, colonização e reforma agrária mediação de conflitos, além das funções de confiança exercidas em setores estratégicos da instituição. Corrigir, portanto, essas distorções, na perspectiva da estruturação de um quadro de pessoal que faça jus a missão do Inbra, sob seus aspectos numérico e qualitativo, é um desafio a ser superado na linha



do restabelecimento pleno da instituição, concomitante à recomposição de sua força de trabalho e a valorização de todos os seus servidores, bem como a adoção de uma gestão qualificada.

Em relação ao MDA, há no órgão pouco mais de 1.000 trabalhadores, sendo 300 com cargos em comissão sem vínculos (DAS), 180 consultores contratados, 280 terceirizados, 250 servidores efetivos. Entre os efetivos, 140 são do quadro próprio permanente, 30 do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), 90 do Inbra requisitados e em exercício descentralizados, e o restante das carreiras transversais.

População rural

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população rural brasileira é formada pelo percentual de 16% do total, pois considera os domicílios de situação urbana aqueles localizados nas áreas urbanas, que são as áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definido por Lei Municipal. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites urbanos.

Já de acordo com pesquisa promovida pelo MDA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, o Ministério do Planejamento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é de 36% a população rural brasileira – o que representa pouco mais de 70 milhões de pessoas. Essa pesquisa considera rural os agrupamentos com até cinco mil pessoas, pois toda a rotina destes locais tem muito mais relação com o campo que a cidade.

Defesa dos órgãos

As direções da Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (CNASI-AN) e Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) - levando-se em consideração as deliberações tomadas pelos profissionais do Inbra e MDA no Encontro Nacional dos servidores do setor de Agricultura e Reforma Agrária, realizado em Brasília, no dia 13 de maio de 2016 -, vem a público cobrar do Governo o imediato restabelecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de sua autarquia responsável pela reforma agrária, fiscalização da função social das propriedades da terra, ordenamento da estrutura fundiária e outras importantes políticas pública, o Inbra.

As entidades argumentam que o prejuízo com o desmantelamento dos órgãos é muito grande para a população rural e urbana do Brasil, refletindo negativamente no desenvolvimento do campo, redução de renda e queda na qualidade dos produtos agrícolas que chegam à mesa do brasileiro. Além de comprometer os compromissos assumidos junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e a última Conferência Climática - COP 21.



Essa precarização e redução de recursos no Incra e MDA, bem como a má gestão, as entidades representativas denunciam há muito tempo e foi por isso que os servidores fizeram grandes greves em 2004, 2007 e 2012. Se continuar essa involução nos recursos e aumento da precarização isso é um claro sinal de retrocesso nas políticas públicas direcionadas ao meio rural do país, com objetivo de diminuir e prejudicar o atendimento ao cidadão brasileiro.

Direções da CONDSEF e CNASI-AN